

## TERRITORIALIDADE HUMANA: MEMÓRIA, REPRESENTAÇÃO E CONSCIÊNCIA

Entrevista:  
**Álvaro Luiz HEIDRICH\***

Entrevistadores:  
**Adriano Amaro de SOUSA; Érica FERREIRA\*\***

**Érica Ferreira:** Em primeiro lugar, agradecemos a sua disponibilidade em estar concedendo essa entrevista para a Revista Formação, do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da UNESP de Presidente Prudente. Iniciamos a entrevista pedindo para que o senhor fale sobre sua cidade natal, seus primeiros contatos com a Geografia e interesses que o levaram a fazer esse curso.

**Álvaro Heidrich:** Eu sou portoalegrense, vivi parte da infância, até os onze anos, na periferia da cidade de Canoas, vizinha a Porto Alegre e depois mudei-me para Porto Alegre. A minha relação com a Geografia começa com uma preparação para ser estudante, influenciado por algumas coisas que são vivências da gente e certas afetividades. Lembro de uma aula muito interessante, no ginásio, em que a professora expunha sobre a organização do espaço regional e Geografia Econômica na Argentina. Eu achei aquilo muito bonito e diferente do que era o Brasil. Aquela aula permaneceu na memória. Outro fato que talvez explique a minha aproximação com a Geografia é uma coleção de cartões postais; meu pai viajava muito e eu guardava os cartões que ele trazia. Sentia curiosidade por aquelas histórias das viagens e pelos mapas que ele trazia. São memórias, mas eu só reflito sobre sua importância num tempo mais recente, quando fui questionado da primeira vez sobre minha aproximação com a geografia. Tenho mais um exemplo: ainda na infância, vivi em um bairro com infra-estrutura urbana que espelhava muita carência, sem calçadas e nos caminhos que percorria, imaginava um mundo em miniatura. Visto de cima os caminhos eram estradas, a grama e as ervas eram diferentes tipos de vegetação, as pedras eram rochas, etc. Essas são imagens que a gente compõe. Mais próximo da escolha de um curso de nível universitário, um curso técnico de química industrial, me chamou atenção para algumas coisas como minerais encontrados na natureza e a aplicação industrial desses recursos. Então, penso que a escolha de um curso Geografia pode ser explicada por esses sentidos da experiência.

**Érica Ferreira:** Comente sobre sua trajetória como estudante e como professor em Geografia e sobre autores que influenciaram na sua formação.

**Álvaro Heidrich:** Eu fiz o meu curso na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, comecei esse curso em 1977 e terminei em 1980, um período de mudança de paradigma na Geografia Brasileira, portanto, um período de turbulência. Lembro de aulas de Geografia que eram completamente aquilo que vocês aprendem em metodologia, a Geografia Descritiva, a Geografia que enumera fatos. Ao mesmo tempo, tomava conhecimento da geografia de modelos e, em seguida, da geografia crítica. Na graduação eu acabei indo trabalhar com o professor Hans **Thofehn** como monitor. Ele era professor de Cartografia, eu até nem sabia muito cartografia, mas aprendi sendo monitor. Ele tinha dificuldade em didática. Muitas vezes se virava para o quadro para representar um determinado cálculo e se alienava na conta e na fórmula. Ele tinha muito encantamento e prazer com aquilo e

---

\* Professor de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Entrevista realizada em 04 de abril de 2008 na Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente.

\*\* Mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da FCT-UNESP, Campus de Presidente Prudente.

esquecia da relação com o aluno. O aluno de Cartografia acabava tendo uma grande dificuldade nas provas, em conseguir montar uma projeção cartográfica, etc. Comecei a trabalhar como monitor de Cartografia para auxiliá-lo e essa experiência foi me influenciando. Hans gostava muito de modelos e de fórmulas e a partir daí tive acesso à literatura da Geografia Teórica e me encantando com a possibilidade de explicar lugares, de ver e fazer uma Geografia que não era descritiva. Fiz um trabalho mais voltado para essa forma de pensar na minha conclusão de curso: propus a construção de um método para analisar insolação sobre diferentes formas de relevo, pensando que aquilo pudesse ser futuramente uma contribuição para o aproveitamento mais racional dos recursos no plantio de alguns cultivos, por exemplo, a uva. Posteriormente uma colega, Ivanira Falcade, deu continuidade aquilo como um estudo voltado diretamente para o lugar de se plantar uva, analisar quais são as melhores encostas. Ela fez um trabalho muito mais geográfico e o mais interessante é que atuou profissionalmente, dando assessoria para vinícolas e seu trabalho contribuiu para uma certificação geográfica, uma etiqueta de origem dos vinhos do Vale dos Vinhedos. E o que eu tinha estudado era uma proposição teórica. Em seguida busquei fazer uma formação de mestrado em Rio Claro, por causa dessa compreensão de modelos e quantificação. Mas é preciso compreender aquele momento. Eu me formei em oitenta num momento polêmico na Geografia. Em setenta e oito ocorreu o evento de Fortaleza, que foi um divisor de águas na Geografia Brasileira. Assim como muitos estudantes de geografia, iniciei nesse período a estudar o marxismo. Foi muito forte nesse momento a influência do pensamento de Milton Santos, assim como para a Geografia Brasileira. Na seqüência, como eu fiz mestrado em Rio Claro, também contribuiu a participação nas discussões realizadas por Ariovaldo Umbelino de Oliveira, que me ajudaram muito a compreender a Geografia marxista. Tanto é assim, que quando eu vou para Rio Claro, com a proposta de fazer uma dissertação em Cartografia, com a orientação do Professor Miguel Sanches, passo um período crítico e decido mudar meu plano de dissertação. Miguel aceita e acompanha. A única vertente de Cartografia que tem naquela dissertação é com relação ao uso, ao procedimento de leitura, que é preenchido de muitos cartogramas. O trabalho buscou analisar as mudanças na estrutura agrária do norte do Rio Grande do Sul, uma interpretação da reprodução do capital no campo, da transformação das relações de produção, da transformação da estrutura agrária. O trabalho se chamou “migrações rurais e transformação da estrutura agrária no norte do Rio Grande do Sul” e foi uma leitura das mudanças nas relações de produção com bastante Cartografia. O período estudado, anos sessenta a oitenta, é de todo aquele pacote de tecnologia, de mecanização, de adubação química e defensivos, em volta da produção de soja e, de criação de vínculos com o mercado internacional. Nesse contexto, as cooperativas agrícolas serviram de instrumento para viabilização do crédito, como um meio de vincular a pequena produção a uma agricultura capitalista. Como tinha uma diferenciação social significativa entre os produtores, foi possível compreender uma seqüência de mudança nas relações de produção. Havia empresários urbanos que perceberam a oportunidade daquela política agrícola, arrendaram terras e se capitalizaram. Cresceu o número de arrendamentos e diminui a parceria e o pequeno arrendamento. Posteriormente os arrendatários que se tornaram produtores capitalistas, acabaram adquirindo essas terras. Isso aconteceu no centro do planalto, e se espalhou como ondas para os seus extremos, para norte, para leste e para oeste. Assim, Áreas de criação de gado passaram a ter produção de soja, de milho e trigo. Acompanhou esse processo uma diminuição absoluta da população rural, que caiu em termos absolutos, mas a estatística, mostrou um crescimento do pessoal ocupado na agricultura. Isso parecia muito contraditório e quase ao final da redação da dissertação, dou-me conta de olhar a faixa etária e o gênero do pessoal ocupado no campo: o que crescia era o trabalho de crianças e de mulheres. Conclusão: o pacote tecnológico eliminou a parceria, eliminou o trabalho de mutirão, eliminou o trabalho eventual e os familiares passaram a trabalhar como alternativa ao assalariamento. Fiquei muito satisfeito com essa leitura. De um lado mostrou a importância da análise marxista, de fazer uma Geografia que explicava a reorganização do espaço. Mas a leitura desse processo só foi possível porque fui trabalhar na região da pesquisa, na FIDENE – Fundação para a Integração e o Desenvolvimento do Oeste do Estado do Rio Grande do Sul –, que depois se transformou em UNIJUÍ. Surgiu a oportunidade de dar aulas em curso de férias e, posteriormente, passei a ser

um professor em tempo integral. Essa vivência de atuar nessa região foi muito significativa, uma outra formação, por causa do envolvimento comunitário, por cerca de sete anos. A FIDENE era uma instituição muito singular, que nasceu de um seminário e de uma Faculdade de Filosofia de freis franciscanos, voltada para o ensino e a extensão, com trabalhos com colonos e agricultores. Na época em que estive lá se pensava de maneira crítica, na História, na Sociologia, na Pedagogia, na Geografia. A situação se encaixou perfeitamente para fazer esse trabalho e me fortalecer como um geógrafo marxista. Em oitenta e sete prestei concurso para Universidade Federal do Rio Grande do Sul e em oitenta e oito fui chamado para ocupar a vaga na área de Geografia Regional. Trabalhei um pouco nessa vertente do regional, pensando a Geografia Regional, os métodos, mas em seguida o meu trabalho orientou-se para pensar no âmbito do mundo, o espaço mundial e a sua organização. A categoria território apareceu de imediato e foi acompanhando essa caminhada. Hoje na UFRGS eu trabalho com as disciplinas “Organização do espaço mundial” e “Geografia Cultural”. Na Pós-Graduação tenho trabalhado com uma disciplina que chama-se “Espaço social e condição territorial”, sobre a relação espaço- sociedade, produtora de territórios e pensando as humanidades nessa condição territorializada. Essa tem sido a minha reflexão.

**Adriano Amaro:** Quais os caminhos e os interesses que o levaram a estudar o regionalismo gaúcho e a identidade gaúcha? A sua experiência profissional, a extensão, a militância e a tese de doutorado auxiliam e fortalecem esse interesse?

**Álvaro Heidrich:** Tem um elo com o que relatei até agora, ligado a um projeto de extensão junto a comunidades rurais do norte do Rio Grande do Sul. Atuávamos em quatro municípios, num projeto intitulado “Desenvolvimento agrícola integrado”. A concepção era de trabalhar com comunidades de pequenos produtores, no sentido de criar e consolidar alternativas de produção na agricultura que possibilitassem a permanência dos segmentos rejeitados ou afetados pela modernização. Trabalhamos com situações muito distintas. No Município de Birubá, trabalhamos com um sindicato rural que realizava ações com muita autonomia, congregava produtores que passaram pela tecnificação, conseguiram se capitalizar e o interesse deles era justamente aperfeiçoar a sua leitura sobre o processo produtivo. Uma outra comunidade, Barra do Gravatá, no Município de Braga, bem ao noroeste do Rio Grande do Sul, situava-se numa área limite onde a modernização não tinha mais possibilidade de avançar. Ali havia agricultores caboclos e parecia que para eles a coisa mais linda era plantar soja. Mas era muito difícil de se realizar a colheita. As máquinas eram alugadas e o terreno muito “movimentado”. Isto fazia com que a colheitadeira fosse regulada para um corte muito acima do solo. Mas eles achavam que estavam na linha de frente. Suas casas tinham frestas largas entre as tábuas e quase nada em seu interior. Era uma pobreza geral e eles plantando soja, usando adubo e alugando máquinas. Em outros municípios, como Humaitá e Boa Vista do Buricá, foi possível reconhecer outra situação. As comunidades não tinham sido atingidas pelo do avanço da modernização e mantiveram-se estruturadas para a policultura – tiveram tempo de se “protegerem”. Eram comunidades mais coesas, de etnias alemãs ou de italianas, de convívio forte em torno da paróquia, faziam reuniões, tinham clube de mães, etc. Em Buricá utilizavam-se instrumentos agrícolas adaptados à pequena produção, como misturadores de ração, plantadeiras manuais, juntas de bois, etc. Foi possível constatar uma diferenciação muito grande na agricultura e comparar com a leitura sobre expansão do capital no campo. Dentre vários fatores, uma coisa me chamou atenção: a diferença cultural significativa entre esses lugares. Em lugares mais paupérrimos, mais pobres dessas comunidades de camponeses, havia plena aceitação de um valor de cultura regional, de vínculo com uma história que é reconhecida como a história gaúcha, de pessoas que não vivenciaram, não tinham vínculos históricos com isto, mas assumiam como valor social muito importante. Por exemplo: o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Braga ficava tardes inteiras na frente do sindicato, *pilchado* – com as roupas de gaúcho –, com um ar de autoridade. Era presidente do sindicato, mas não tinha nenhuma ação de sindicalista no sentido de

perceber aquela pobreza de colonos de origem cabocla, adotando os pacotes tecnológicos e que não tinham alimento dentro de suas casas. Esta realidade, juntamente com uma leitura crítica e já fazendo uma avaliação de que a Geografia marxista tinha alguns obstáculos, por exemplo, de não conseguir fazer com eficiência uma compreensão da ideologia, uma compreensão da política, foi me deixando muito curioso para entender esse mecanismo de hegemonia cultural, que fortalece símbolos que são formas de dominação. Por isso busquei refletir sobre a identidade do Rio Grande do Sul, e verificar uma compreensão da Geografia para essa leitura, até porque na História, na Literatura, na Sociologia, já estava mais tranqüila essa compreensão. Nada muito diferente, mas esta questão vista pela Geografia permitiu pensar o território, a região, as relações de produção e a Geografia Econômica. O diálogo para essa tarefa foi possível com um geógrafo que faz parte da história da Geografia Crítica, Antônio Carlos Robert de Moraes, que discute ideologia e cultura e que já tinha explicitado esse problema como “ideologias geográficas”. Bem, resultou nesse trabalho, que tem uma influência marxista, mas tem um esforço de leitura da questão da cultura, tentando interpretar o Rio Grande do Sul. Na verdade, a tese em si, articula uma compreensão econômica, cultural, ideológica e da política no Rio Grande do Sul, de um discurso que existia e tem origem na história dessa região. Tem algumas invenções, evidentemente, mas digamos assim, dizer que não é autêntico, que é tudo inventado, então a verdade não se completa, porque se tem algum lugar em que esses valores existem é nessa região, de sentimento regional, de gauchismo, dessa cultura de valorização da coragem, da coisa rústica temperada com a busca pelo moderno, isso é uma realidade de lá, que se hegemonizou sobre todas as outras. Quando, porém, esse discurso é usado ao lado daquele argumento que fala da necessidade de desenvolvimento, que “cria” empregos, “oportunidades” e “progresso”, capturam-se escolhas. Isto define planos pela política, homogeneiza o que não é homogêneo e faz um elo em torno de um projeto. Depois disso nunca mais deixei de prestar atenção na cultura e nas representações sociais. Hoje, nos meus trabalhos tem sempre um pouco do que vem sendo chamado de Geografia Cultural, das representações, mas também de modo muito presente o instrumento da análise territorial, análise da categoria território, como um jeito de fazer a Geografia, uma forma de pensar a Geografia.

**Adriano Amaro:** Nos seus últimos trabalhos, o senhor vem trabalhando o conceito de território articulado com a questão da territorialidade, comente. Também gostaríamos que falasse sobre a sua definição de territorialidade estatal e de territorialidade humana.

**Álvaro Heidrich:** Eu compreendo o uso do conceito de território, como todo mundo, que com certeza concorda, que a produção dele advém de uma relação de poder. Mas há uma questão importante: ele é, na verdade, produto de uma relação da sociedade com o espaço. Sem sociedade e espaço não há território. É uma materialização dessas relações, que pode gerar formas territoriais ou ação territorial, territorialidade ou territorialização, nas mais diferentes escalas. Creio que dá para compreender assim: um território estatal é produto dessa relação, como uma das formas mais complexas de elaboração dessa realidade geográfica, uma relação imbricada de pessoas que se articulam em relação ao espaço, e que também o produzem, na medida em que dessa relação resulta um apoderamento sobre o espaço. Alguns geógrafos como Sack dizem que se trata de uma estratégia, um uso que se repete, corriqueiro, seqüencial e também a concepção de que advém da relação que um grupo tem com seu entorno. Essas dimensões do humano são produtoras de uma geografia no espaço, é territorialização produtora de territórios. Penso que devemos conceber essa transição do humano para social, essa transição do humano que produz espaço, essa condição que configura o humano como social e o espaço como território. É a primeira humanização do espaço, que até enquanto natureza primeira, nos põe imperativos limitantes. Quando começa a se construir uma espécie de redenção humana, uma ação que resulta da habilidade, da técnica, começa-se a ter teologias, o pensamento para o futuro e imediatamente a ter ação de domínio sobre o espaço, habitat e relações que são de territorialização. Então vejam, um território de maneira bastante geral, ele

pode ser uma área, ele pode ser uma mancha, ele pode ser uma ocupação, ele pode ser um uso. Quando se cartografa, muitas vezes se está dando dimensões, falando de extensões, falando de arranjos, falando de estrutura e a produção dessa realidade se dá justamente por essa relação, que é sociedade e espaço. É claro que já aprendemos que somos espaço, mas isso não quer dizer que a relação acabou, ela permanece, como dialética que vai engendrando sempre a transformação do anterior e gerando uma ocupação, uma marca, um apoderamento, uma posse, que tem a ver com o uso. Se alguma matéria do espaço tem utilidade, aquilo tem valor, então tem uso e valorização. A concepção disso, de pertencer, o sentimento de estar pertencendo a um espaço (em alguns casos isso se consubstancia em identidade, em outros talvez seja consciência da própria realidade) completa essa relação. E veja bem, eventualmente uma dessas dimensões não pode se desenvolver, digamos assim, existe a ocupação, ou a posse, mas não existe o uso. Então a relação está incompleta, se não existe o uso, há uma informação de que pode haver um outro uso, portanto aquela ocupação está em risco. É uma relação de poder que envolve isso. Compreendemos a partir de Foucault e de Raffestin que essa relação é de probabilidade. Max Weber já dizia isso, pelo poder se concebe que há probabilidade de que a vontade seja atendida, não é uma garantia, mas está em jogo. Assim, se há área ocupada, é um elo, é um laço, é um vínculo com o espaço que naquele momento pode ser visto, há território e tem uma ação territorial. Mas digamos que não haja uso, então aquilo está sujeito a relações de probabilidade, do uso se passar a acontecer de outra maneira, digamos assim, ocorrer uma outra ocupação que imediatamente faça uso, até mesmo por relações de mercado. A não coincidência desses elos também pode se dar por alienação, por não haver compreensão daquela condição, daquela situação social determinada. Digamos assim, situações de moradia em periferia onde não se tenha plena consciência da posse e do uso daquele lugar, repentinamente a relação de ocupação e de não uso pode ser completamente alterada. Em muitas ocupações não formais a ausência do ocupante não garante a posse, o que vale e estar para assegurar a posse, o que vale é o uso. Isso está presente, por exemplo, na dinâmica do MST em relação ao latifúndio. Se há uma propriedade inaproveitada, quando o MST ocupa, faz uso e fortalece essa ação: a ação desse movimento é plenamente uma ação territorial, essa ação se dá com um trabalho anterior, de produzir a consciência, de que é legítima, de que é justa, portanto, tem ocupação, uso e consciência. A natureza da relação espaço-sociedade deriva de formas complexas, podendo ser uma articulação social complexa, como uma sociedade nacional, como Estado-nação, mas eventualmente, até uma relação efêmera, rápida, digamos da ocupação de certas zonas da cidade por homossexuais, que definem uma territorialidade, porque naquele lugar há uma ocupação por eles, o uso é realizado pelo o trânsito e se legitima pela compreensão de que aquilo é o espaço desse grupo. Certas estéticas urbanas como dos punks e outros grupos, também são relações de multiterritorialidades, de microterritórios. Por isso vejo um momento riquíssimo para a Geografia, para se dar conta da explicação, da pesquisa, do conhecimento, dessas múltiplas territorialidades, num tempo que parece que os territórios se desmancham, que são produzidos múltiplos outros territórios, que a função da técnica permite a invenção de novas espacialidades, nas quais se produzem outras relações com essas espacialidades, portanto, possivelmente outros territórios. Há um caminho teórico muito rico e polêmico, mas há uma empiria significativa para darmos conta de conhecer uma geografia que é desse tempo, que é de agora, uma geografia de transformação mundial, uma geografia de ressignificação de territórios locais, de uma geografia cultural de enormes distâncias. Acho que temos um compromisso muito importante.

**Adriano Amaro:** Como uma tentativa de compreender a dinâmica do mundo atual balizada pela integração global e pela fragmentação socioespacial, o senhor propõe estudos sobre as territorialidades da exclusão e da inclusão social, comente. E nesse sentido, como superar as fraturas socioespaciais?

**Álvaro Heidrich:** Tive uma oportunidade muito interessante no último fim de semana, que podemos usar como exemplo para esta reflexão. Era um seminário voltado para a formação de lideranças de movimentos sociais, articulados num coletivo chamado “Consulta Popular”. Eles queriam discutir, vejam que interessante, as idéias de Milton Santos. Foi muito significativo. Para compreender Milton Santos não há como pensar sem ação, digamos, do conglomerado, da transnacional, de toda a relação macro e de como é que o mundo está estruturado. Há necessidade de se conceber o mundo e como se coloca a estratégia dos movimentos sociais, que precisa ter maior abrangência e ao mesmo tempo transformar o local. Isso diz respeito ao mundo segmentado, fraturado e que precisa de articulação. Eu acho que do ponto de vista da teoria, do ponto de vista da nosso papel na sociedade, devemos aprofundar a compreensão da fragmentação socioespacial e de um de seus modos de manifestação, a fratura. A fratura combinada com a técnica estabelece elos de ligação social na distância e bloqueia os elos de ligação social na proximidade. Vivemos situações que são completamente distintas umas das outras, passa-se ao lado, cumprimenta-se, tem-se uma relação impessoal, de troca, pelo uso da moeda, dos documentos formais, mas não de significações, de simbolismos e de afetividades. Tudo isto diz respeito a uma mesma sociedade, mas no seu cotidiano tem havido muito estranhamento. Há formas geográficas em que isto se apresenta com evidência, como a tendência de se morar em condomínio fechado. São formas segmentadas de realização do cotidiano, do lazer, do consumo, etc.. Vejo isso como um grande problema, porque nos leva para o artificialismo que destrói o que é mais significativo da dimensão humana, que é a relação com o outro. Bom, se isso é o normal, onde e qual é o âmbito que a gente se encontra? Onde se faz o pacto? Onde está a coesão? É no plano universal? Acho que ainda não existem respostas completas, mas um caminho é a compreensão, o outro caminho acho que é a solidariedade. Milton Santos nos chamou atenção sobre isso. Hoje ela está rompida, por causa da possibilidade técnica. Se essa solidariedade que conhecemos foi arrebatada, qual é a possibilidade alternativa? Qual é a relação com o outro? Uma maneira de lidar com isso é estudar, compreender, elaborar a crítica e pensar em formas de sociabilidade, de articulação e de compreensão. Com isso, quero dizer o seguinte: se a técnica e a fratura rompem vínculos anteriores, como se pode agir para a inclusão social, para permitir que a ocupação, o uso e a representação sejam meios de fortalecer a relação de um com o outro.

**Érica Ferreira:** Para finalizarmos a entrevista, fale mais um pouco sobre fraturas socioespaciais e suas pesquisas sobre essa temática.

**Álvaro Heidrich:** No presente, com um projeto venho trabalhando com o espaço social fraturado. A pesquisa está centrada nessas formas mais evidentes da fratura, do condomínio fechado, do consumo em Shopping Center, etc. Estamos fazendo uma leitura disto na região metropolitana de Porto Alegre. Já vinha discutindo isto em Porto Alegre e retomei em parceria com Vanda Ueda. Ela estudava a forma urbana e minha reflexão se direciona para o cotidiano e as relações entre as pessoas. Uma parte desta reflexão consiste em leitura de paisagem, para mostrar revelar suas marcas. Estamos agora realizando a pesquisa com moradores de condomínios e de seu entorno. Verificamos como é que é a rotina diária dos moradores, quais são as dinâmicas de deslocamento, como ocorrem as articulações no espaço, onde se compra, como se compra, onde se estuda, onde se trabalha, etc. Além disso, é necessário capturar a compreensão da rotina e do cotidiano: quais são as representações, do lugar, do que está do lado de fora daquele lugar e de como aquilo se encaixa num território maior. Como se pensa a política, qual é a expectativa que um morador desse lugar tem, por exemplo, da política no plano municipal, como é sua compreensão do urbano, o que tem que se legislar, etc. A gente faz isso dentro e do lado de fora, no entorno, para verificar hipótese da fratura socioespacial. O conceito de espaço social é um importante referente teórico, à medida que por ele se explicita o foco sobre as relações entre as distintas posições na sociedade, conforme a exposição de Pierre Bourdieu. Sustentamos que a natureza do espaço social e a condição da fratura

possibilitariam compreender uma única geografia em planos distintos, atravessados e que não possuem coesão. Evidentemente que isso se articula com uma compreensão de transformação do espaço em termos mais globais, de que o global está no próprio lugar, como se nós pudéssemos representar ele como um eixo e que distintos planos do espaço social consubstanciam geografias que não dialogam. É uma construção teórica, na teoria está arranjado, mas no plano empírico podemos estar equivocados. Ainda nos falta chegar no ponto de fazer aflorar a empiria. Tive oportunidade de realizar ensaio anterior a essa pesquisa atual em Porto Alegre, que mostrou uma dissonância em função dos diferentes estratos socioespaciais, a forma diferente da presença da tevê a cabo, da internet, do uso do cartão de crédito e uma correlação coerente com a condição social. Mas é interessante notar que há uma certa standardização da técnica, que aos poucos vai incorporando o espaço social popular a essas novas formas. Por isso devemos desconfiar, se de fato o que ocorre é um estranhamento social, se a fratura espelha a desigualdade socioeconômica, ou se ela é algo que se difunde, independentemente da condição de classe. Mas isto, por enquanto são conjecturas, ainda não está apoiado nas conclusões da pesquisa. Talvez para o futuro, seja possível ampliar a reflexão para situações mais gerais e que envolvam a cultura em geral e não apenas a dimensão do urbano. Trabalhar com mais detalhamento as representações, que tem a ver com o estranhamento do social e com a compreensão dos significados em função de realidades culturais distintas.